

A Influência das Transferências de Renda no Estado de Alagoas: um *link* entre os principais Programas Socioeconômicos vigentes

Jarpa Aramis Ventura de Andrade *

Lucas André Ajala Sorgato*

Michelle Cristiane de Lima Nunes*

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho**

RESUMO

Os recursos oriundos do Governo Federal estimulam alternativas de desenvolvimento em regiões periféricas, caso de Alagoas. É crucial para o contínuo processo de fortalecimento destes territórios, a criação de uma dinâmica econômica local, para incitar as atividades regionais em direção ao não vazamento destes recursos transferidos, ou seja, a implementação de atividades que reduzam a importação líquida de bens e serviços. O fortalecimento das relações entre os agentes econômicos presentes nas etapas de produção ou da prestação de serviços, onde se compreendem aspectos comportamentais como governança, troca de conhecimento produtivo e o fortalecimento de canais de comercialização, são fundamentais para assegurar o fator multiplicador dessa transferência direta de renda. O objetivo deste trabalho consiste em apresentar algumas reflexões, sobre o impacto das transferências diretas de renda no desenvolvimento das expressões da economia solidária e sua conexão com outros Programas vigentes no Estado de Alagoas, a partir de uma discussão teórica a respeito da Economia Solidária e seus desdobramentos em todos seus elos produtivos e mercadológicos. Por fim, busca evidenciar as alternativas do desenvolvimento endógeno no Estado de Alagoas. Chega-se a conclusão que o Programa Bolsa Família, protagonista do volume de transferência de renda, embora seja um fenômeno recente ao caso brasileiro, tem implicações positivas em Programas Econômicos e Sociais em Alagoas.

Palavras-Chave: Transferência de renda. Desenvolvimento Local. Programas Econômicos e Sociais.

ABSTRACT

The funds from the federal government encourage alternative development in peripheral regions, the case of Alagoas. It is crucial to the ongoing process of strengthening these areas, creating a dynamic local economy, to encourage regional activities towards the non-leakage of resources transferred, the implementation of activities that reduce the net import of goods and services. Strengthening relations between economic agents present in the stages of production or service delivery, which include behavioral aspects such as governance, exchange of knowledge production and strengthening marketing channels are key to ensuring the multiplier that direct income transfer. The objective is to present some reflections on the impact of direct income transfers in the development of the expressions of solidarity economy and its connection with other existing programs in the state of Alagoas, from a theoretical discussion about the Solidarity Economy and its developments in all its production and market linkages. Finally, it seeks to demonstrate the alternatives of endogenous development in the state of Alagoas. You reach the conclusion that the Family Grant Program, the protagonist of the volume of income transfers, although a recent phenomenon in the Brazilian case, has positive implications in economic and social programs in Alagoas.

Keywords: Income transfers. Local Development. Economic and Social Programs.

*Discentes do Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas.

**Doutor em Economia. Professor do Curso de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas.

1. INTRODUÇÃO

As condições socioeconômicas de Alagoas apresentam indicadores que mostram o Estado como um dos menos favorecidos em relação aos outros entes da federação. No entanto, algo que busca mudar este aspecto é a inserção do Estado como absorvedor dos Programas de Transferências de Renda, sendo representado pela grande quantidade de recursos financeiros distribuídos, principalmente, pelo Programa Bolsa Família (PBF). Este fato solidifica a ação da União como propulsora do crescimento econômico local. No entanto, a esfera federal não está conectada aos programas originados e desenvolvidos, na esfera estadual.

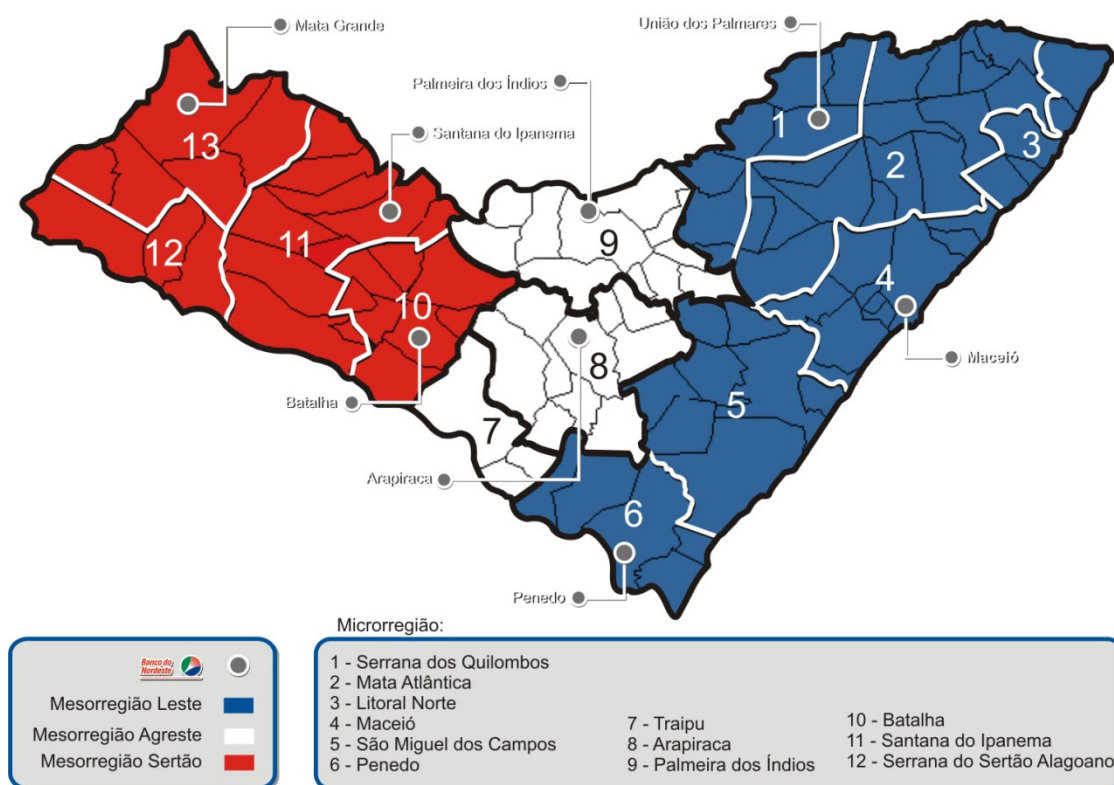
Assim, cabe enfatizar o grande potencial que surge da sinergia de forças entre a articulação entre programas federais e estaduais. Pois, diante de uma grande abrangência do Programa Bolsa Família observada no estado de Alagoas, se torna relevante, a articulações entre os programas eminentemente de caráter estadual e federal.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar os programas federais de maior impacto em Alagoas, bem como o programa político estadual de maior significância econômica, sugerindo a criação de um elo mais forte entre ambos. Para tanto o trabalho está dividido em cinco partes além desta introdução. O primeiro tópico caracteriza a atual situação econômica e social de Alagoas. Na segunda parte serão feitas algumas considerações sobre transferência de renda e economia solidária. O terceiro ponto do artigo evidenciará as principais políticas federais e estaduais presentes no Estado. A quarta etapa, por meio do instrumental econométrico, focará os testes, metodologia e resultados encontrados pela influência das transferências federais para o desenvolvimento econômico alagoano. Por fim, serão discutidos os principais pontos do artigo à guisa de conclusão.

2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DE ALAGOAS

O Estado de Alagoas está inserido no Nordeste brasileiro, fazendo divisa de seu território com os Estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia, além do oceano Atlântico. Detém uma extensão territorial de 27.767,66 km² com 102 municípios, distribuídos em três mesorregiões e em treze microrregiões, as quais possuem suas próprias peculiaridades socioeconômicas.

Figura 01 – Mapa de Alagoas – Divisão em Micro e Mesorregiões



Fonte: Banco do Nordeste

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possui uma população estimada de 3,089 milhões de habitantes. A capital, Maceió, concentra cerca de 30% deste total e detém uma densidade demográfica de 109,37 hab/Km², considerada a 4^a maior do Brasil.

A tabela abaixo mostra o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) alagoano, nordestino e brasileiro entre 2002-2007, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Em 2007, o PIB alagoano atingiu R\$ 17,7 bilhões, representando um crescimento nominal de aproximadamente 13%, comparado ao ano anterior. No mesmo período o PIB do Nordeste cresceu 11,76%, enquanto o do Brasil foi ampliado em cerca de 12,30%, ambos em valores nominais.

Tabela 01- PIB de Alagoas, Nordeste e do Brasil, Segundo Participação 2002-07

Ano	Valor Corrente (R\$ Milhão)			Participação		
	Alagoas	Nordeste	Brasil	AL/NE	AL/BR	NE/BR
2002	9.812	191.592	1.477.822	5,12	0,66	12,96
2003	11.210	217.037	1.699.948	5,16	0,66	12,77
2004	12.891	247,043	1.941.498	5,22	0,66	12,72
2005	14.139	280.545	2.147.239	5,04	0,66	13,06
2006	15.753	311.175	2.369.797	5,06	0,66	13,13
2007	17.793	347.797	2.661.344	5,11	0,66	13,06

Fonte: IPEADATA

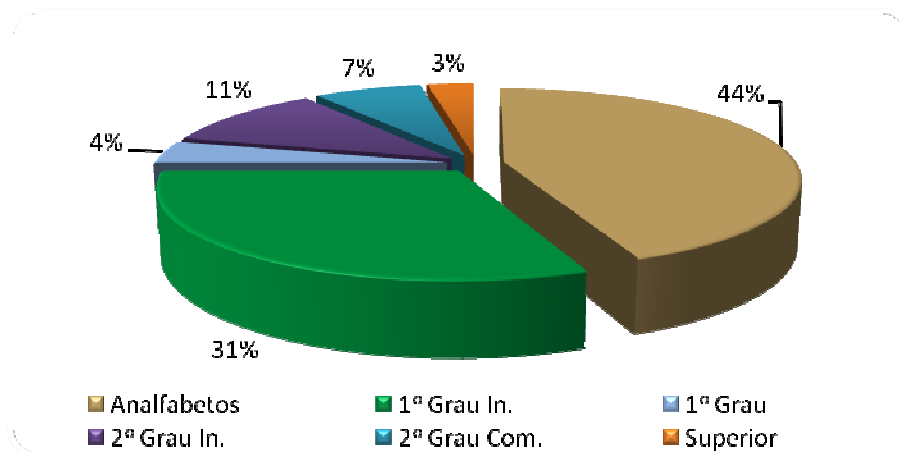
Diante do exposto, verifica-se que, a nível regional, Alagoas, vem mantendo uma participação constante no PIB da região, de, aproximadamente, 5,12%, bem como no comparativo nacional, porém, com resultados menos impactantes, representando 0,66% da produção nacional. Neste sentido, podem-se estender tais dados como uma *proxy* positiva de crescimento para os anos posteriores¹.

Contudo, ao que se deve este maior crescimento econômico em Alagoas? Para tanto é necessário analisar alguns indicadores socioeconômicos do Estado.

O número de domicílios existentes no Estado, de acordo com o IBGE, é de 760.130, no entanto, estudos apontam um déficit habitacional de 160.600 domicílios. O acesso a serviços de utilidade pública nas residências, como de água encanada, atinge 64,1% da população, enquanto que à rede de esgoto, só chega a 30,5% da população.

O nível de escolaridade da população alagoana é composto em sua maioria por analfabetos e pessoas com ensino fundamental incompleto, ambos totalizando 71% da população, sendo que 7% da população possuem ensino médio completo e, apenas 3% tem formação superior (CARVALHO, 2008).

¹ No entanto, o crescimento deverá ser menor, devido à crise econômica global que se abateu sobre o mundo no final de 2007. No entanto, o Estado deve seguir a mesma tendência de crescimento apresentada antes da crise, ou seja, um aumento igual ou superior ao da economia brasileiro e/ou nordestina.

Gráfico 01 - Nível de Escolaridade da População de Alagoas

Fonte: IBGE

Neste contexto, a falta de mão-de-obra qualificada prejudica o desenvolvimento econômico do Estado, no sentido de reduzir a competitividade dos trabalhadores alagoanos *vis-à-vis* os trabalhadores de Estados com maior nível de escolaridade. Ou seja, Alagoas não padece apenas da falta de qualificação profissional, mas sim da falta de uma educação básica que permita a seus habitantes crescer socialmente e profissionalmente.

A tabela 02 mostra o impacto gerado pela má qualificação profissional da população local. Verifica-se que mais de 294 mil pessoas não possuem renda, 623 mil recebem até um salário mínimo, 352 vivem com mais de 1 e menos de 5 salários. Assim, apenas 4,09% desses alagoanos possuem uma renda superior a cinco salários, cobrindo o salário mínimo necessário para a vida normal de uma família².

Tabela 02: Renda das pessoas com 10 anos ou mais (2005)

Classe	Número	%
Sem Rendimento	294.633	22,24
Até 1 Salário Mínimo	623.781	47,09
Mais de 1 e menos de 2 SMs	254.007	19,18
Mais de 2 e menos de 5 SMs	98.046	7,40
Mais de 5 e menos de 10 SMs	40.155	3,04
Mais de 10 SMs	14.008	1,05
TOTAL	1.324.630	100,00

Fonte: IBGE

Ademais, é reconhecido nacionalmente que Alagoas possui uma renda altamente concentrada. Tais dados podem ser sintetizados no índice de Gini e no percentual de domicílios pobres, apresentado na tabela a seguir.

² Segundo o DIEESE, em dezembro de 2005, o salário mínimo necessário para cobrir as despesas de uma família era de R\$ 1.607,11. Já para um período mais recente, maio de 2010, esse valor é de R\$ 2.157,88.

Tabela 03: Percentual de domicílios pobres e Índice de Gini para Alagoas 2003-2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Percentual de domicílios pobres	0,579	0,553	0,505	0,467	0,425	0,398
Índice de Gini	0,608	0,575	0,566	0,627	0,605	0,583

Fonte: IPEADATA

No ano de 2003, Alagoas tinha 57,90% de seus domicílios considerados pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza. Além disso, o índice de Gini do Estado era de 0,608, o que sinalizava uma alta concentração de renda na região. No entanto, pode-se verificar que, a partir de 2004, esses indicadores vêm gradativamente melhorando mostrando uma redução da pobreza no Estado e uma evolução na distribuição de renda. Tal fato pode ser explicado pela ampliação dos programas assistencialistas (principalmente o Bolsa Família - PBF), direcionados a região nordeste, os quais impactam diretamente nos estados mais pobres da Federação. A tabela 04, a seguir, mostra alguns dados do PBF para o Estado de Alagoas.

Tabela 04: Valor total dos benefícios e número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Alagoas – Dezembro de 2006-2008

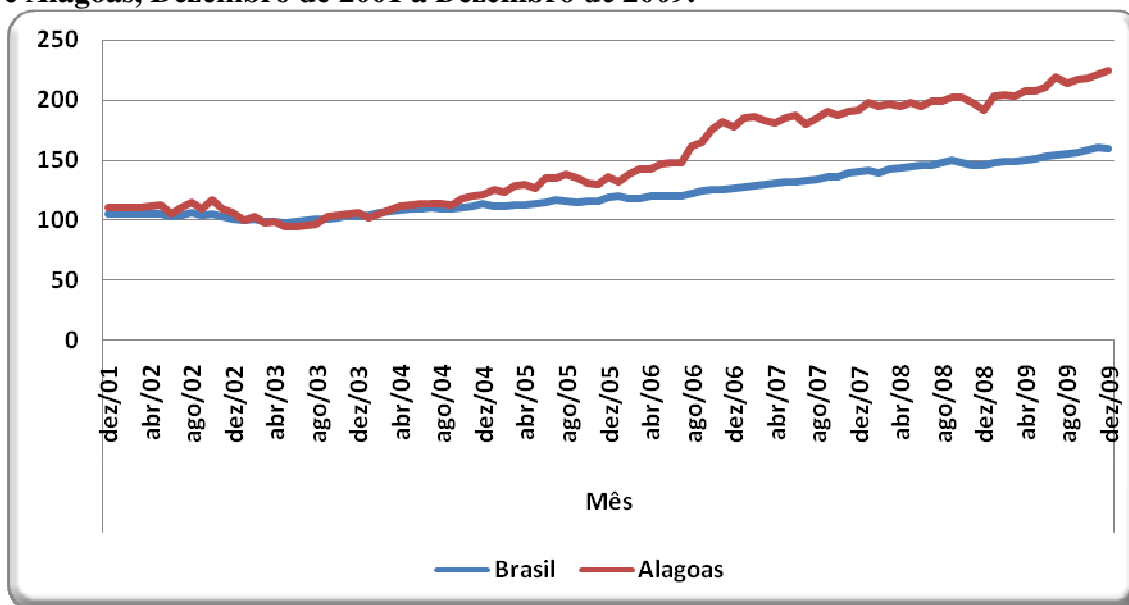
	2006	2007	2008
Valor total dos benefícios	21.802.146	27.060.362	30.351.994
Número de famílias beneficiadas	338.730	349.527	345.516

Fonte: IPEADATA

Os valores repassados ao Estado crescem significativamente entre 2006 e 2008, no entanto, a primeira vista, sem uma análise mais ampla, não parecem ser muito significativos. Mas qual a real dimensão do PBF em Alagoas? Em cálculos simples tem-se que: i) o padrão médio de uma família é de 4 pessoas por residência, assim, em 2008, 1.380.064 pessoas são diretamente beneficiadas pelo programa, ou seja, aproximadamente, 44% da população alagoana; ii) tomando o valor de dezembro como uma média dos meses anteriores, se tem uma injeção anual de R\$ 364.223.926 na economia alagoana.

Como as famílias beneficiadas pelo PBF são as mais pobres do Estado, a renda adicional (ou única) que o PBF fornece, dinamiza os bairros e municípios menos desenvolvidos, onde essas famílias se encontram, visto que essa parcela da população vai ampliar seu ritmo de consumo, passando a aumentar a quantidade de bens essenciais para sua sobrevivência. O gráfico 02, a seguir, mostra a evolução das vendas no comércio varejista alagoano e brasileiro.

Gráfico 02: Evolução do índice de volume de vendas no comércio varejista – Brasil e Alagoas, Dezembro de 2001 a Dezembro de 2009.

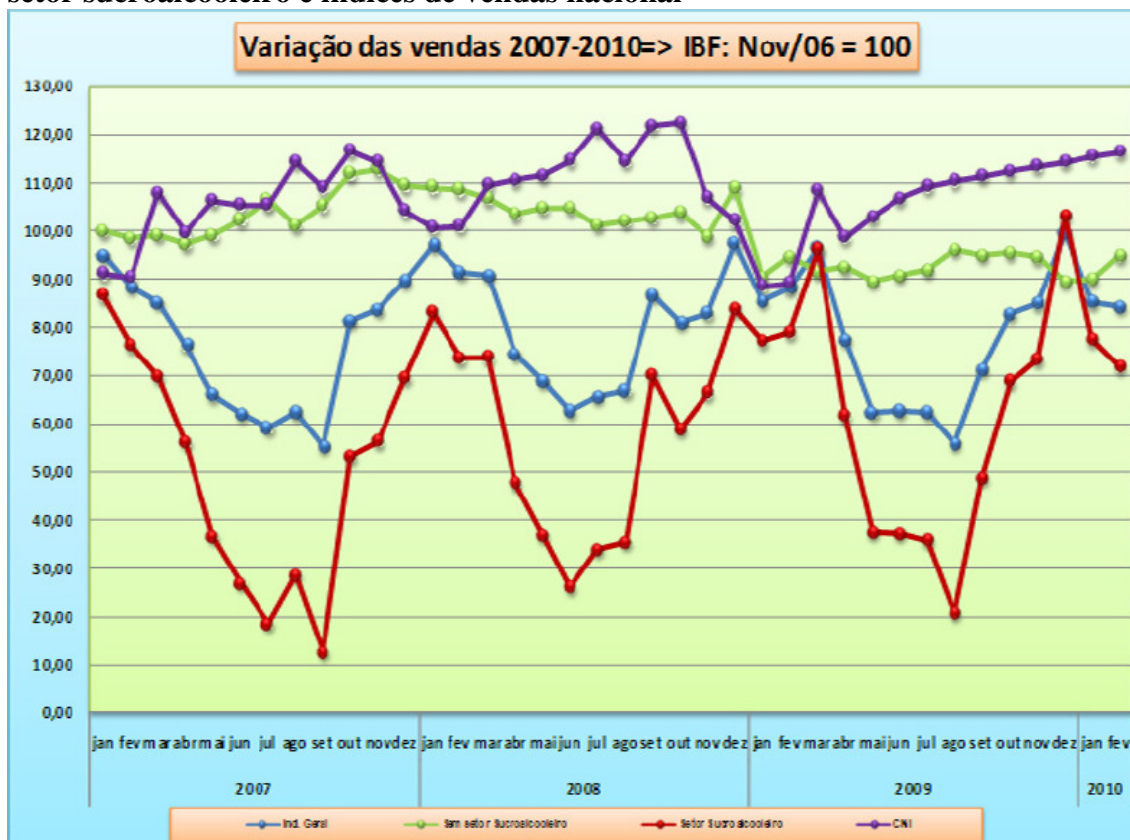


Fonte: IBGE

No período entre 2001 e 2003, Alagoas apresentava índices muito parecidos com os níveis brasileiros. Poderia dizer que o Estado se mantinha na média de volume de vendas em relação aos outros Estados da Federação. Entretanto, a partir de 2004, quando os programas como o Bolsa Família ganham maior peso no orçamento do governo federal e os repasses de recursos são ampliados, pode-se verificar um crescente e contínuo aumento do volume de vendas no comércio varejista alagoano. Alagoas, no período analisado, em relação ao comércio varejista, foi o Estado brasileiro que mais aumentou seu volume de vendas no comércio.

Esta ampliação de recursos disponíveis na economia do Estado poderia nos induzir a uma conclusão simples, onde o aquecimento da economia deveria provocar um aumento da produção industrial, por consequência das vendas, o que incentivaria o setor produtivo de bens do Estado, desta maneira, fazendo-o crescer em proporção similar ao do setor comercial. No entanto, não é isto que mostra o gráfico 03 a seguir.

Gráfico 03: Índices de variação nas vendas da indústria alagoana com e sem o setor sucroalcooleiro e índices de vendas nacional³



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – Indicadores Industriais – Fevereiro/2010

O índice de vendas do setor industrial alagoano apresenta uma forte dependência do setor sucroalcooleiro. Quando comparado as curvas da Indústria Geral e a do Setor Sucroalcooleiro, verifica-se o mesmo movimento oscilatório em ambas, o que difere uma da outra é a magnitude dos movimentos. A indústria geral sofre uma grande perda em suas vendas quando o setor sucroalcooleiro entra no seu período de entressafra, entre os meses de março e agosto, e volta a crescer quando inicia o ciclo de moagem da cana, entre os meses de setembro e fevereiro⁴.

Destarte, apesar da importância econômica que possui o pólo agroindustrial canavieiro para o Estado, este não será afetado pela ampliação do comércio local, já que grande parte de sua produção é destinada ao mercado internacional e regional.

³ A Pesquisa de Indicadores Industriais da FIEA ainda está em sua fase inicial por tal motivo a série de dados e o período disponível para análises dos mesmos ainda são pequenos. Mesmo assim, a série representa um importante indicador de como se desenvolve o setor industrial alagoano hoje e poderá, no futuro, ser um importante instrumento analítico da economia alagoana.

⁴ A economia alagoana, em toda sua história, dependeu quase que exclusivamente da monocultura da cana-de-açúcar, este setor é a principal locomotiva industrial da economia do Estado, representando, mais de 90% na balança comercial (CARVALHO, 2008). Ademais, o setor sucroalcooleiro é responsável, no período da safra, por, aproximadamente, 85% do emprego industrial alagoano (FIEA, 2010). Em suma, a indústria de Alagoas é altamente dependente do setor sucroalcooleiro.

Deste modo, a análise mais interessante a ser feita sobre o setor industrial alagoano seria excluindo o setor industrial mais representativo da economia, assim, analisando como os demais setores se comportam na série. Observando a curva da indústria geral sem o setor sucroalcooleiro, verifica-se que a curva se apresenta decrescente durante todo o período analisado. Ao contrário do desempenho do setor industrial alagoano, a curva de vendas da indústria nacional vem oscilando entre movimentos de crescimento e de arrefecimento, mas apresenta uma nítida tendência de desenvolvimento e ampliação das vendas.

Logo, se a indústria local não cresce na mesma magnitude ou mesmo não cresce, como explicar a expansão do comércio varejista local? Tal indagação encontra sua resposta no vazamento líquido dos recursos transferidos para os alagoanos. A população alagoana utiliza os recursos provenientes do Programa Bolsa Família para comprar os produtos necessários para sua sobrevivência. Como a indústria local não consegue suprir esta demanda, os canais escoadores da produção – supermercados, mercadinhos, mercearias, padarias, farmácias, etc. – compram os produtos demandados pela população em outros Estados brasileiros ou em outros países.

Assim sendo, os recursos transferidos para o Estado acabam sendo depositado em outro local, o que vai ampliar os meios de pagamentos disponíveis nestas localidades, facilitando a concessão de empréstimos e crédito nas mesmas e fomentando a inovação e o empreendedorismo, gerando mais postos de trabalho e ampliando sua demanda interna.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS: TRANSFERÊNCIA DE RENDA E ECONOMIA SOLIDARIA

A experiência ocorrida em outubro de 2003 com o surgimento do programa Bolsa Família, tendo o intuito de unificar cinco⁵ programas federais de transferências de renda, concorrendo com a perspectiva de melhorar o gerenciamento e suas formas de implementação. Fato este só foi possível, diante de um público-alvo em comum, ou seja, as famílias menos favorecidas.

Alguns fatores são considerados determinantes para a realização da agregação destes cinco programas em apenas um. Assim, para fins de melhor adequação dos recursos transferidos, os aspectos ressaltados pelo (IPEA 2009, p.569) foram: uma baixa comunicação entre os responsáveis pelos programas; as agências que executam os programas eram distintas e; por possuírem fontes de financiamento próprio. Vale ressaltar que, o Programa Bolsa Família é operado por meio de convênios, firmados entre a União e as prefeituras, onde estes respondem pela seleção dos contemplados e

⁵ Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, (condicionados respectivamente, a saúde e educação); Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA) este recomendava que os recursos fossem gastos com alimentação exclusivamente; Auxílio-Gás e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti), sendo inserido ao Bolsa Família apenas em 2005.

realização do cadastramento em um sistema eletrônico, o qual é gerenciado e monitorado pelo Governo Federal (AFONSO, 2007).

Programas como o Bolsa Família possuem portas de saídas, sendo elas: i) entender o benefício como um auxílio temporário, deste modo, quando não mais precisar desligar-se e; ii) o Estado assumir essa responsabilidade, por meio, da política social ou através da criação de programas complementares, que não transfiram renda diretamente apenas, mas que proporcionem o acesso a: educação, saúde, trabalho, entre outros, que sejam direcionados a este público. Retirando não só os contemplados da condição de pobreza, mas todos que estão próximos destas condições.

Alguns dos programas complementares adotados ao caso brasileiro, de suporte ao Programa Bolsa Família são: i) Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária; ii) Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar; iii) Programas de Microcréditos do Banco do Nordeste. A definição de estratégias de ação de alguns destes programas é de responsabilidade estadual, o que contribui para sua efetiva concretização. Vale lembrar, a forte presença de programas estaduais, que juntamente com os programas de caráter nacional, atuam muitas vezes no mesmo público-alvo.

Os recursos oriundos das transferências federais precisam ser encarados como potenciais dinamizadores da economia local, ou seja, devem ser considerados não apenas como propulsores do comércio local, mas como estimuladores da economia local, assim mantendo estes recursos nas comunidades locais, por meio do desenvolvimento endógeno. Isso só será possível, quando as ações da União convergirem com as políticas estaduais de estímulos às atividades produtivas, vinculadas as expressões da economia solidária. Em outras palavras, deve agir de maneira sinérgica para assegurar que estes recursos, não sejam repatriados pelas multinacionais, que passaram a se apropriar destes recursos.

No entanto, quando se abordam programas sociais e econômicos, no que concerne a sinergia de objetivos dos mesmos, cabem dar relevância aos programas federais. No entanto, é através dos programas estaduais, que se pode assegurar o fator multiplicador dessa transferência direta de renda.

A importância institucional dos municípios, que corroboram com as políticas sociais, as quais desde muito sofreram seu questionamento, *vis a vis*, o legado histórico da formação do poderio local no País, onde as relações estavam centradas pelo grande latifúndio e o coronelismo. Depois da constituição de 1988, os movimentos sociais passam a exercer um papel mais ativo nos processos decisórios, estimulando uma descentralização governamental de ações, como reflexo o Programa Bolsa Família. Destarte, assumem uma importância política os municípios no que concerne a administração pública diante de suas atribuições. Este fato reduz, ou mesmo dispensa a participação do intermediário entre a União e os municípios, ou seja, os Estados (AFONSO, 2007).

Para que os programas atuem de forma sinérgica e alcance sua eficácia e eficiência nos territórios de atuação, se faz necessário o aperfeiçoamento das dinâmicas e dos processos de aprendizagem organizacional⁶, neste caso com enfoque no setor público. A agregação de conhecimento só foi possível, a partir das modificações ocorridas na economia mundial, que induziram as empresas, a se adaptarem, por meio, da aprendizagem, estas mudanças compõem o novo paradigma da “economia do aprendizado”. Este ramo da economia assume como principal a aprendizagem, em particular o conhecimento tácito, como ativo principal na busca por vantagens na dinâmica organizacional.

O impacto desse novo paradigma gerou na atividade produtiva, uma mudança na divisão dos setores, assim sendo, o setor de serviços assumiu proporções significativas nas rendas nacionais dos países desenvolvidos. Para tanto, Vargas (2006) acredita que alguns questionamentos sobre a capacidade de gerar inovação de maneira endógena ou que advenha do setor industrial, precisam ser respondidos.

Outros aspectos concorrem para o fortalecimento deste embeijamento, como a economia solidária,

“é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.” (MTE, 2010)

Nesse sentido, salvaguardar que o direito às formas de organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, sejam apropriadas pelas iniciativas locais, assim, podendo ser referendadas no momento da implementação dos programas de caráter nacional.

Os desdobramentos possíveis ocorridos nos circuitos onde se entendem a essencialidade desse laço reafirmam a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento local. Onde geram externalidades positivas proporcionadas do casamento entre, os programas federais e estaduais geram circuitos locais de estímulo a atividades produtivas e de cunho social. Visto que, o estímulo da prática do consumo consciente, do cooperativismo, associativismo e autogestão, possam florescer nas comunidades mais carentes, quais, são os maiores beneficiários pelo Programa Bolsa Família.

4. POLÍTICAS DE AJUDA ECONÔMICA AO ESTADO DE ALAGOAS

4.1 POLÍTICAS FEDERAIS

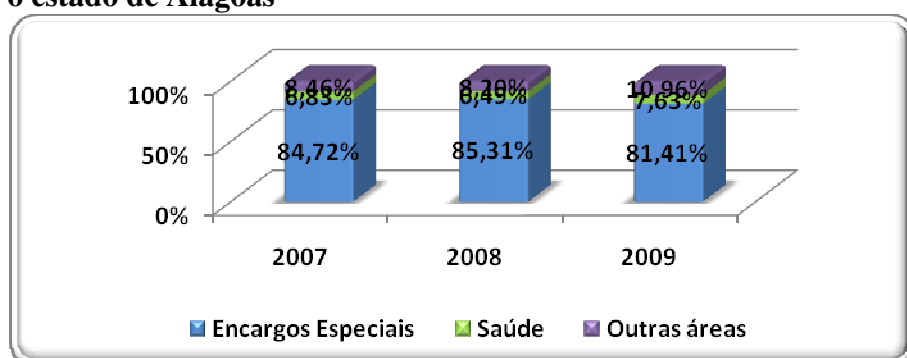
O cenário econômico fragilizado do estado de Alagoas, conforme visto no segundo tópico deste trabalho, desperta e demanda atenção especial das autoridades de políticas públicas do país.

⁶ Segundo Argyris (1982) é o “processo de detectar e corrigir erros”.

Segundo dados do Portal da Transparência, as transferências de recursos para as unidades federativas obedecem a uma classificação por área, a saber: encargos especiais, saúde, gestão ambiental, educação, assistência social, comércio e serviços, agricultura, segurança pública, indústria, trabalho, direitos da cidadania, energia, ciência e tecnologia, organização agrária, administração, cultura, desporto e lazer, urbanismo, saneamento e habitação.

Entre os anos de 2007 e 2009, Alagoas recebeu transferência em todas as áreas citadas, mas, a transferência de Encargos Especiais merece destaque, por ser responsável por mais de 80% do montante transferido (Gráfico 04, a seguir, e Tabela 05, em anexo).

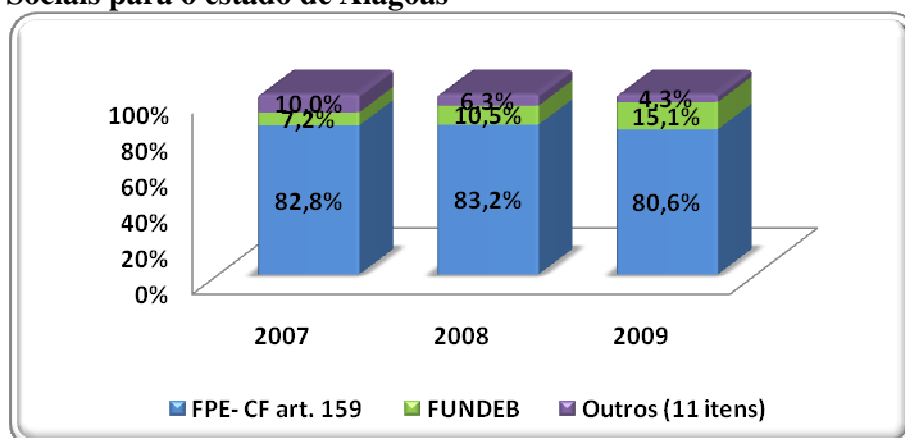
Gráfico 04: Transferências de recursos por áreas principais para o estado de Alagoas



Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência, 2010.

Do volume de transferência de encargos sociais, mais de 80% é referente ao Fundo de Participação Estadual (FPE), e uma maior participação é percebida ao longo do tempo em relação ao FUNDEB.

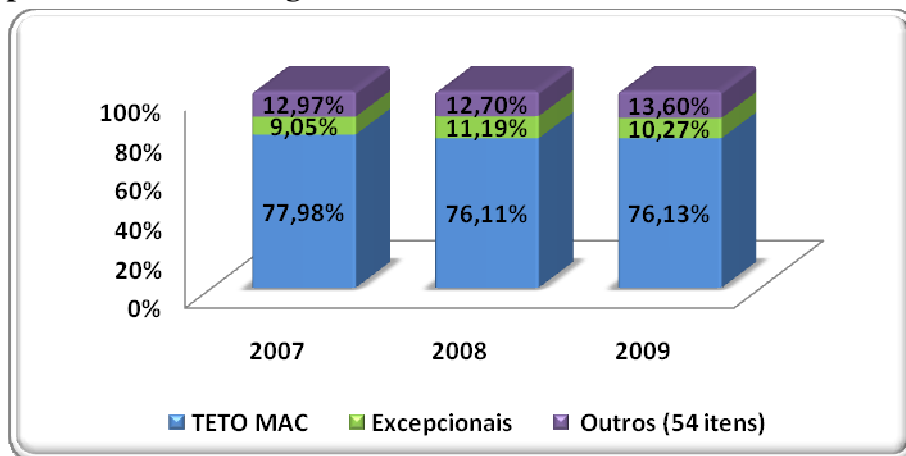
Gráfico 05: Composição do volume de transferência dos Encargos Sociais para o estado de Alagoas



Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência, 2010.

Com relação as transferência para a saúde, o TETO MAC⁷ é responsável por quase 80% do volume, seguido pelos Excepcionais, conforme expressa o gráfico 06.

Gráfico 06: Composição do volume de transferência de Saúde para o estado de Alagoas



Fonte: Elaboração própria com base no Portal da Transparência, 2010.

O que se pode constatar desse volume e natureza de transferências é que elas se dão diretamente ao Governo do estado a fim de geri-los em suas respectivas áreas quanto a investimentos e despesas correntes. Paralelamente a esse fluxo, e não menos importante, ocorre a canalização de outros recursos para Alagoas, porém, de forma descentralizada, indo para órgãos de gestão dos recursos ou diretamente para a população.

Essa última modalidade de recursos é que tem recebido atenção de analistas de desenvolvimento no estado quanto ao seu impacto econômico e social. Para uma melhor análise de classificação, definimos os recursos destinados diretamente ao Governo como “transferências governamentais⁸” e os destinados a população como “transferências populacionais⁹”.

De acordo com o objetivo de cada transferência populacional, podemos classificá-las em três blocos principais, a saber: a) Programas sociais, b) Programas Econômicos e, c) Programas Estruturantes.

Como “*Programas*” entendemos como um conjunto de medidas emergenciais de curto ou longo prazo, visando o crescimento e/ou desenvolvimento de uma determinada variável, geralmente de condução da esfera pública.

Por “*Programas Sociais*” definimos um conjunto de medidas emergenciais com foco num tipo especial de sociedade e/ou para uma faixa social específica. Como exemplo de Programas Federais com esse corte analítico em Alagoas, temos o Programa Territórios da Cidadania¹⁰, Benefícios Assistenciais¹¹ e a maioria dos Programas

⁷ Recursos destinados para atender programas de média e alta complexidade hospitalar.

⁸ Mais precisamente, recebe essa definição por ter como gestor o Estado.

⁹ Em contraposição a primeira definição e seguindo sua lógica, recebe esse nome por ter como gestor a própria população.

¹⁰ Com foco em comunidades rurais, especificamente, quilombolas, indígenas e assentados, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

educacionais voltados para faixa etária específica como, por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) etc..

Como “*Programas Econômicos*” consideramos como um conjunto de medidas emergenciais com foco na geração de renda, seja via transferência direta de renda ou via estímulo de produção, sem distinção de tipo ou faixa da sociedade. Nessa linha, incorporam-se os principais programas federais voltados para o estado como a Agricultura Familiar e o Bolsa Família.

Já os “*Programas Estruturantes*” são os de caráter técnico, estrutural e promocional de forma a facilitar o acesso ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento da produção e melhoria de vida. Nesse sentido, seguem os Programas ATER, Mercado de Trabalho, Crédito e Micro, Tarifa Social de Energia Elétrica etc.

No entanto, o Programa Bolsa Família é reconhecido pelos *policy makers* como o principal Programa de geração de renda e a partir dele são estudados complementos com outros programas federais.

Assim, famílias que recebem o Bolsa Família, com perfil social especial pode participar do Programa Territórios da Cidadania, bem como, as com atraso educacional participam do Brasil Alfabetizado, e assim por diante, configurando uma teia de relações mostrada na Figura 02, a seguir, e na Figura 06, em Anexo.

Figura 02: Interligações entre os Programas Federais



Fonte: Elaboração própria, 2010.

¹¹ Mais especificamente os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) com a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso com idade de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência sem restrição de idade.

4.2 POLÍTICAS ESTADUAIS

Alagoas não tem um histórico de implantação de políticas públicas de fomento de renda e/ou de produção devido a sua condição de dependência fiscal desde o reconhecido Acordo dos Usineiros¹².

Dos poucos programas que se conhece como Pólo Nordeste, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor e Desenvolvimento Local Integrado e Sustentado (DLIS), quando não eram de âmbito federal e com apoio estadual – como no caso do primeiro – eram de âmbito estadual e uma característica forte na agropecuária. No entanto, esses programas foram findados um a um no tempo até o fim do DLIS em 1999.

Segundo Lustosa et. al. (2010a) essas políticas de foco territorial foram embrionárias da política de adensamento de cadeias produtivas¹³, abrangendo 71 dos 102 municípios alagoanos. Só em 2001 começou a se questionar a importância de inserção de Alagoas no Programa de Arranjos Produtivos Locais do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a iniciar potenciais estudos locais de aptidões produtivas.

Vários estudos e tentativas de enquadramento das habilidades produtivas do estado no Programa Federal foram feitos até que, por meio dos programas de foco territorial já existentes e citados anteriormente – mas, em menor potencialidade – e consultoria contratada em 2003, sob coordenação do Prof. Paulo Roberto Haddad, o Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) foi instituído em 2004.

Atualmente, o principal programa em execução no estado é o PAPL, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento de Alagoas (SEPLAN-AL) e do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE-AL) desde 2004.

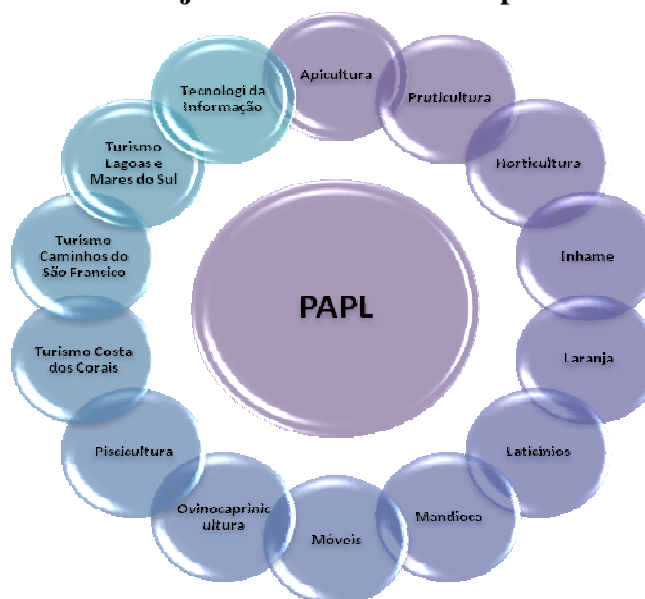
Haddad *apud* Lustosa et. al. (2010a) identificou 27 potenciais arranjos no estado, mas, apenas 10 foram apoiados à época¹⁴ por motivos de limitação orçamentária estadual. No percurso até 2009, mais especificamente em 2008, um arranjo foi desestimulado (o de Cultura) e mais cinco passaram a serem apoiados, formando os 14 arranjos atualmente amparados, conforme demonstrado na Figura 03.

¹² Para uma discussão pormenorizada do assunto ver Lira (1997).

¹³ Aquicultura, Laticínios, Ovinocaprino cultura, Milho, Algodão e Apicultura.

¹⁴ Apicultura, Ovinocaprino cultura, Laticínios, Piscicultura, Mandioca, Móveis, Turismo Lagoas, Turismo Costa dos Corais, Tecnologia da Informação e Cultura.

Figura 03: Arranjos Produtivos Locais apoiados em 2009



Fonte: Elaboração própria com base em Lustosa et. al., 2010a.

Sua gestão é descentralizada através do que Lustosa et. al. (2010a) define como *Rodada de Negociações* onde os parceiros do Programa, entre bancos, produtores e instituições públicas e privadas, comparecem a reunião e define suas obrigações a cumprir em determinado tempo até a próxima reunião.

Os setores econômicos do Programa não são delineados propositalmente, eles são definidos de acordo com as potencialidades de produção do estado, mais especificamente, do local onde o arranjo será apoiado.

Percebe-se, no entanto, uma concentração das atividades no setor agropecuário – 8 arranjos – seguido do setor de serviços – 4 arranjos – e apenas de dois arranjos no setor industrial (móveis e laticínios).

Dessa forma, fica tentadoramente clara e verdadeira a hipótese de sobreposição dos Programas Econômicos e Sociais federais com o Programa estadual no que se refere ao tipo de produção, ou seja, a produção agrícola apoiada pelo Governo Federal via Programas como Agricultura Familiar e/ou Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) pode estar numa região e contar com os mesmo produtores do arranjo de Horticultura, Fruticultura da Pinha e/ou Laranja.

Pela comparação do foco analítico dos Programas pode se chegar a mesma conclusão. Isso significa que os atores e/ou espaço amostral do arranjo de Horticultura ou de Fruticultura da Pinha não será igual, mas, pode estar contido no espaço do Programa Agricultura Familiar, pois, o PAPL é teoricamente limitado no espaço em decorrência da aptidão locacional, enquanto que os programas federais, não definem “fronteiras” produtivas.

Seguindo essa linha de raciocínio, leva-se a supor um encadeamento e sobreposição dos Programas. Como os Programas Estruturantes não definem área geográfica, produtiva e/ou social, fornecem capacitação e serviços para a complementaridade da execução das demais políticas. Os Programas Econômicos não

tem definição geográfica nem social, mas, tem definição produtiva que pode ou não dispersar por todo o estado, sem definição de cultura plantada.

Os Programas Sociais, por sua vez, localizam-se na mesma região que os anteriores, por serem sociedades de produção agrícola e pecuária, exceto quanto se trata de programas de limitação etária; já o PAPL na sua maioria, se sobrepõe aos demais, por ter característica produtiva semelhante, mas, por ser mais criterioso na delimitação da área produtiva, é bem menor que os demais. Essa lógica é enfatizada na Figura 04.

Figura 04: Sobreposição dos Programas Federais e Estadual em Alagoas



Fonte: Elaboração própria, 2010.

Essa sobreposição é socialmente injusta no sentido de super-beneficiar alguns em detrimento dos demais, por se concentrar mais numa região e menos – e talvez não contemple – em outras.

Dessa maneira, o que deve ser feito de forma mais atenciosa é o estudo e mapeamento dos “*vácuos assistenciais*” no estado, permitindo identificar onde há concentração de assistência governamental e quais são elas, contrapondo às localidades onde não há nenhuma assistência.

De acordo com estudos de Lustosa et. al. (2010b), um dos principais gargalos do PAPL é a frágil estruturação financeira disponível aos atores envolvidos na produção, a estruturação “beneficiária” da produção para melhoramento da mesma, e, a estruturação comercial, no sentido de organização do escoamento da produção e da definição de mercados potenciais.

Para minimizar esses problemas é sugerido um link entre os Programas Estruturantes com o PAPL de forma a beneficiar os grandes investimentos e oferecer facilidades de serviços como crédito em menor montante e em maior facilidade para os produtores. Uma possibilidade já existente no estado e já em processo de análise é a parceria entre a Agência de Fomento de Alagoas (AFAL) e o PAPL. Tal parceria, por meio da concessão de crédito ao setor produtivo, poderá alavancar a produção de bens e serviços existentes nos APL’s alagoanos, reduzindo a dependência local de produtos

fabricados em outros lugares, bem como gerará emprego e renda dentro do próprio Estado.

5. TESTES DE HIPÓTESES

5.1 A HIPÓTESE TESTADA

O grande questionamento no que tange essa política assistencialista do Governo Federal para com os estados em situações menos favorecidas de desenvolvimento é a de que em qual momento, e se existirá um momento, para que as unidades federativas beneficiadas possam deixar de ser dependentes dessas transferências e possam gerar, sozinhas, suas respectivas riquezas.

A hipótese aqui testada é, portanto, a de que com a entrada de recursos populacionais, via Programas Econômicos, Sociais e Estruturantes, haja um estímulo e diversificação da produção do estado e assim, seja observado uma mudança no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. As opções contrapostas são:

$$H_0: \beta = 0$$

$$H_1: \beta > 0$$

Não rejeitado H_0 podemos dizer que o volume de renda transferido para Alagoas, ou o investimento em Programas Estruturantes, não estão chegando a seu objetivo comum de geração de renda no sentido produtivo, mas sim, no sentido monetário. Isso gera um viés na formação interna do PIB, o qual passa a ser puxado pelo aumento no setor de serviços, mais especificamente, no comércio, em detrimento da agricultura e/ou indústria.

Isso ocorre em decorrência do aumento do poder de compra da população e não do aumento do “*poder de produção*” da população. A hipótese contrária é aceita ao não se rejeitar a hipótese alternativa H_1 .

5.2 FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

Constatado o grande volume de transferência de recursos governamentais e populacionais para Alagoas e a importância do Programa Bolsa Família na condução de política econômica do Governo Federal, usamos o teste de quebra estrutural de Chow para analisar se e em qual ponto do tempo essa transferência ocasionou uma mudança na renda do estado de Alagoas.

O teste é uma alternativa à estimação de regressão com utilização de variáveis dummy (Gujarati, 2006; Soares e Castelar, 2003). A regressão através de variáveis qualitativas obedece a uma quebra estrutural num determinado ponto, a partir do qual se deixa ou se passa a ter a ocorrência de uma característica específica.

Uma vantagem do teste de Chow em relação ao método de estimação “qualitativo” já relatado é a de que se pode obter diversos pontos de quebra estrutural no decorrer do tempo, ou seja, se pode observar se houve mudança na condução de determinada variável em vários pontos da série temporal (Soares e Castelar, 2003).

Esses vários pontos, por sua vez, nos servem de *proxy* para a medida de impacto de variáveis independentes e/ou exclusas do modelo sobre a variável dependente estudada.

Para a realização do teste, optou-se pelo modelo de crescimento $\ln PIB(AL) = \beta_1 + \beta_2 t + e$, no qual o PIB de Alagoas é medido em mil reais, a preços constantes de 2000, obtido através do deflator implícito do PIB nacional para o período de 1994 a 2007, com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Já a variável explicativa tempo, é medida em unidades.

A partir desse modelo é verificado a existência de problemas clássicos de estimação como heterocedasticidade e autocorrelação serial¹⁵ para então, realizar o teste de Chow.

Estatisticamente, o teste de quebra estrutural (teste de Chow) é analisado através da comparação dos valores crítico e calculado da estatística de F de Fischer (GUJARATI, 2006), adaptado para tal análise. Nessa comparação, como nos demais testes de hipóteses, se o valor calculado (estimado) da estatística de teste exceder seu valor crítico, então não rejeita a hipótese alternativa de influência produtiva das transferências populacionais, aceitando a tese de geração de “*poder produtivo*” no estado; caso contrário, não rejeita a hipótese nula de não influência produtiva das transferências, assimilando assim, a idéia de formação de poder de compra.

Todos os cálculos de estimação e obtenção de testes são realizados através do pacote econométrico Eviews em sua versão 5.0¹⁶.

5.3 RESULTADOS

O modelo semi-log estimado tem os seguintes resultados:

$$\begin{aligned} \ln PIB &= 15,596 + 0,0334t \\ t &= (450,663) \quad (8,222) \\ p &= (0,0000) \quad (0,0000) \\ R^2 \text{ simples} &= 0,8493 \quad R^2 \text{ ajustado} = 0,8367 \\ F &= 67,608 \quad Prob(F) = 0,0000 \end{aligned}$$

O modelo estimado afirma, com probabilidade de erro de 0%, que o PIB de Alagoas cresceu em média 3,34% anualmente de 1994 a 2007, sendo esse modelo responsável por explicar 83,67% da variável dependente.

Para a verificação da existência dos problemas clássicos de heterocedasticidade e autocorrelação serial foram gerados no Eviews, respectivamente, os testes de White e de Breusch-Godfrey, na barra de ferramenta da saída de estimação.

O teste de White foi verificado para uma relação linear e quadrática da variável dependente para com a independente, se mostrando estatisticamente insignificante, ou

¹⁵ Ver Gujarati (2006).

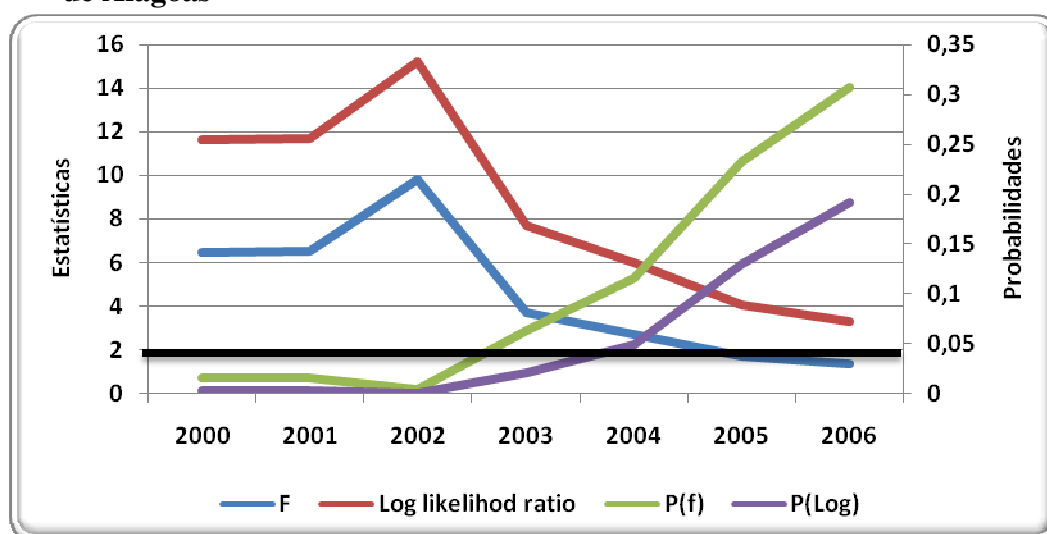
¹⁶ Para utilização do programa ver Soares e Castelar (2003).

seja, o modelo é homocedástico. Já o teste de Breusch-Godfrey foi estimado para dois anos de defasagem e também se mostrou estatisticamente insignificantes, levando-nos a concluir pela ausência de correlação serial.

Assim sendo, e prosseguindo com a obtenção de testes, geramos um teste estrutural para cara ano, a partir de 2000, para identificarmos em quais anos houve mudança abrupta no crescimento do PIB de Alagoas.

Dessa análise temporal do teste de Chow resulta o gráfico 07 a qual mostra que, considerando um nível de significância de 5%, representado pela linha horizontal preta, as principais mudanças no crescimento do PIB do estado de Alagoas ocorreram nos anos de 2001, 2002 e 2003, justamente o período de preparação e transição eleitoral.

Gráfico 07: Evolução do teste de Chow e suas probabilidade para o PIB de Alagoas

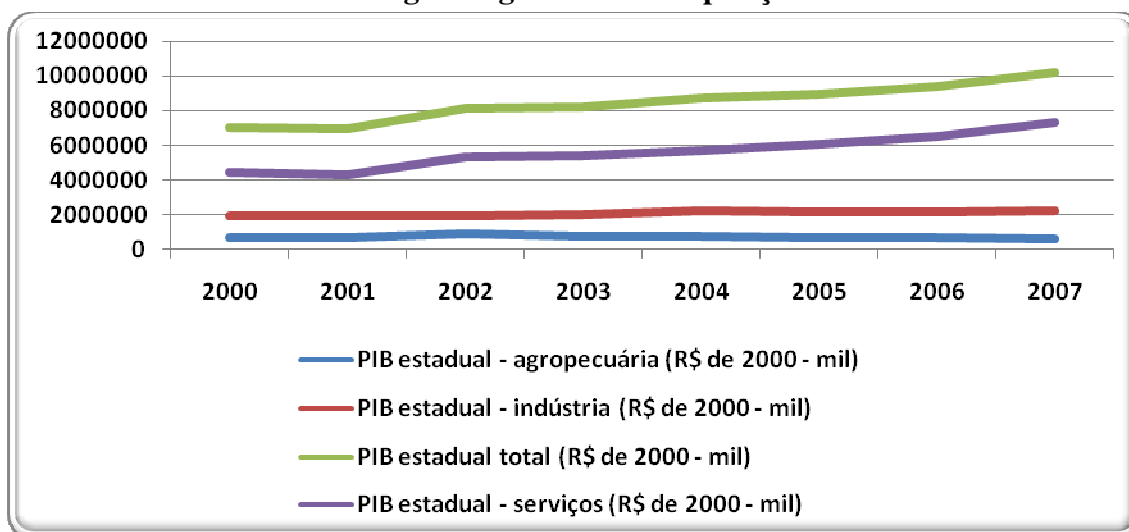


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA, 2010.

A Figura 07 apresenta os valores das estatísticas geradas pelo Eviews – F e Log likelihood ratio - e seus respectivos valores-p – P(F) e P(Log). Ela também mostra que há uma diferença entre as duas estatísticas, sendo a estatística F de caráter mais “conservador” do que a Log Likelihood ratio. Dessa maneira, é de maior segurança proceder a análise com base na estatística F.

O fato de não ser estatisticamente visível uma mudança significativa no PIB do estado a partir de 2004, já no Governo Lula e já condensados os diversos Programas Federais no denominado Bolsa Família, nos leva a não rejeitar a hipótese nula, ou seja, está se gerando um contingente de maior poder de compra e não uma maior parcela e volume de produção.

Isso pode ser confirmado pelo gráfico 08 na qual fica de clara a visualização que o PIB está sendo estimulado pelo aumento no setor de serviços, ficando quase constantes os demais setores.

Gráfico 08: PIB de Alagoas segundo sua composição entre 2000 a 2007

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA.

Observação: os dados do setor de serviços foram obtidos matematicamente por subtração dos PIB setoriais – indústria e agricultura – do PIB estadual total.

Paralelamente, podemos concluir que os esforços do PAPL também não estão sendo observados nas estatísticas do PIB do estado, principalmente, por não se ver alteração na produção agrícola, principal setor do Programa.

6. CONCLUSÕES

O impacto da transferência de recursos na economia do estado de Alagoas fica evidente pelo aumento da participação do setor de serviços, por meio do aumento do poder de compra da população, sintetizados na crescente evolução das vendas varejistas do comércio alagoano.

Porém, se não se estimula um melhoramento e/ou expansão no aprendizado produtivo local – e nesse foco, o PAPL é de crucial importância –, a população alagoana não conseguirá, nem no curto nem no longo prazo, desenvolver sua atividade produtiva, e ficará cada vez mais ligada às políticas federais.

O que falta é o aprimoramento dos instrumentos e canais de circulação desses recursos, o que poderia ser alcançado – ou pelo menos, aproximado – pela intensificação da parceria federal-estadual-agentes locais (cooperativas) para a análise e investimento dessas ações.

O Governo Federal está apenas “dando o peixe”, e não, “ensinando a pescar”, o que gera dependência. Por outro lado, as expressões de economia solidária e o PAPL carecem de grandes investimentos que poderiam ser realizados pelas ações federais. Assim, dessa parceira, no longo prazo resultaria o que é destacado na Figura 05.

Figura 05: Resultado da interação das políticas federais e estaduais com a iniciativa privada em Alagoas no longo prazo



Fonte: Elaboração própria, 2010.

Em suma, deve-se, sim, fornecer uma renda básica para a população, no entanto esta é apenas uma condição necessária, mas não suficiente para garantir o desenvolvimento local. É neste contexto que se vê a necessidade de uma interação entre os programas assistencialistas federais e os programas de desenvolvimento estaduais, no caso alagoano, um *link* entre o PBF (principal programa assistencialista federal par ao Estado) e a política de APL's (principal programa de desenvolvimento estadual).

7. BIBLIOGRAFIA

AFONSO, José Roberto. **Descentralização fiscal, políticas sociais e transferência de renda no Brasil**. Instituto *Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social* (ILPES), CEPAL, Série Gestão Pública, nº 63, Santiago do Chile, 2007.

ARGYRIS, Chris. **Reasoning: learning and action**. San Francisco: Jossey-Bass, 1982. 499 p.

BANCO DO NORDESTE. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/Content/Aplicacao/Grupo_Principal/Home/Conteudo/PortalBN.asp >. Acesso em 20 de setembro de 2009.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas**. 3ªed. Maceió: Edufal, 2008.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Transferências de Recursos**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 30 de maio de 2010.

DIEESE. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml> > Acesso em 15 de junho de 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Indicadores da Indústria Alagoana**, Fev/2010. Disponível em: < <http://www.fiea.org.br/indicadores> >, Acesso em 10 de maio de 2010.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica** / Damodar Gujarati; tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IBGE. **Indicadores – Pesquisa Mensal do Comércio.** Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm> >,
 Acesso em 15 de junho de 2010.

_____. **Educação e Trabalho.** Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/default_educacao.shtm> Acesso em 20 de setembro de 2009.

_____. **Contas Regionais.** Disponível em: <
http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1675233566&Tick=1277324441713&VAR_FUNCAO=Ser_TemasNiv%28120%2C2%29&Mod=R> Acesso em:
 20 de maio de 2010.

_____. **Dados Sociais: Renda.** Disponível em: <
http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1972569292&Tick=1277503770364&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281413839281%29&Mod=S > Acesso em
 20 de maio de 2010.

LIRA, Fernando. **Crise, privilégio e poder.** Maceió: Edufal, 1997.

LUSTOSA, M.C.J. et. al.. **Arranjos Produtivos Locais no Estado de Alagoas:**
 mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio.
 Disponível em:
 <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Analise_AL.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010a.

LUSTOSA, M.C.J. et. al.. **Elaboração e Análise do Balanço de Pagamentos do Estado de Alagoas.** Disponível em:
 <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Mapeamento_AL.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010b.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária.** Disponível em:
http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 03 de março de 2010.

SOARES, Ilton e CASTELAR, Ivan. **Econometria Aplicada com uso do EViews,**
 LTC Ed., 2003.

VARGAS, Eduardo Raupp de. e Paulo Antônio Zawislak. **Inovação em Serviços no Paradigma da Economia do Aprendizado:** a Pertinência de uma Dimensão Espacial na Abordagem dos Sistemas de Inovação. RAC, v. 10, n. 1, Jan./Mar. 2006: 139-159

ANEXOS

Tabela 05: Transferências Governamentais para Alagoas entre 2007 e 2010

ÁREAS	DADOS ABSOLUTOS				DADOS RELATIVOS			
	ANOS				ANOS			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
TODAS	1.898.471.048,47	2.247.419.029,27	2.295.282.645,45	742.044.339,71	100%	100%	100%	100%
Encargos Especiais	1.608.291.169,39	1.917.284.468,62	1.868.536.565,12	616.720.046,95	84,72%	85,31%	81,41%	83,11%
Saúde	129.599.788,30	145.823.184,60	175.069.682,07	38.817.669,49	6,83%	6,49%	7,63%	5,23%
Gestão Ambiental	73.843.118,71	76.383.066,00	118.917.510,26	-	3,89%	3,40%	5,18%	-
Educação	41.719.440,13	9.510.690,84	15.215.605,84	40.109.368,93	2,20%	0,42%	0,66%	5,41%
Assistência Social	16.460.816,78	22.345.567,04	17.726.344,83	3.214.712,00	0,87%	0,99%	0,77%	0,43%
Comércio e Serviços	9.675.000,00	-	3.276.935,84	8.033.000,00	0,51%	-	0,14%	1,08%
Agricultura	6.135.420,01	639.693,70	1.030.290,00	-	0,32%	0,03%	0,04%	-
Segurança Pública	4.374.860,33	23.240.592,67	5.591.366,35	281.095,46	0,23%	1,03%	0,24%	0,04%
Indústria	2.395.189,00	3.100.400,00	3.185.000,00	1.216.000,00	0,13%	0,14%	0,14%	0,16%
Trabalho	1.859.084,00	1.088.880,00	7.988.302,50	-	0,10%	0,05%	0,35%	-
Direitos da Cidadania	1.508.250,29	6.009.878,33	5.717.972,95	1.962.558,45	0,08%	0,27%	0,25%	0,26%
Energia	1.139.231,12	82.875,88	435.036,64	31.107,00	0,06%	0,00%	0,02%	0,00%
Ciência e Tecnologia	686.900,00	180.000,00	6.593.079,00	710.000,00	0,04%	0,01%	0,29%	0,10%
Organização Agrária	413.896,00	4.455.024,50	1.798.410,59	4.747.213,00	0,02%	0,20%	0,08%	0,64%
Administração	268.884,41	-	1.740.883,00	701.451,14	0,01%	-	0,08%	0,09%
Cultura	100.000,00	1.050.000,00	6.139.977,97	550.000,00	0,01%	0,05%	0,27%	0,07%
Desporto e Lazer	-	456.780,00	800.000,00	-	-	0,02%	0,03%	-
Urbanismo	-	18.157.438,39	21.075.681,43	4.975.773,22	-	0,81%	0,92%	0,67%
Saneamento	-	17.521.368,70	34.412.655,06	19.974.344,07	-	0,78%	1,50%	2,69%
Habituação	-	89.120,00	31.346,00	-	-	0,00%	0,00%	-

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Portal da transparência, 2010.

Figura 06: Hierarquia dos recursos recebidos por Alagoas do Governo Federal

